

A LÍNGUA QUE NOS UNE

Impossível estar aqui, em Portugal, e não evocar aquela que representa o maior símbolo de nossa ligação primeira: nossa língua. Língua na qual gritamos, protestamos, reivindicamos, clamamos por nossos direitos, não apenas enquanto trabalhadores e trabalhadoras em educação, mas também enquanto cidadãos e cidadãs que sabem que educação de qualidade é um direito de todos e que seu papel é primordial para o desenvolvimento de qualquer nação.

Gostaria, então, de evocar nossa língua nas palavras daquele - conterrâneo de vocês - que fez dela, pela força de sua literatura e de sua militância comunista, um afiado instrumento de luta. Em 2005, cinco anos antes de seu falecimento, José Saramago esteve no Brasil, por ocasião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Naquele momento, há mais de oito anos, ele denunciava justamente aquilo que estamos vivenciando no mundo hoje: a forma violenta como o capital pode destruir países e colocar a população e seus direitos básicos em total desequilíbrio.

Dizia Saramago em 2005 no Brasil: "Eu tinha dito que iria propor tirar a palavra utopia do dicionário. Mas, enfim, não vou a tanto. Deixe ela lá estar, porque está quieta. O que eu queria dizer é que há uma outra questão que tem de ser urgentemente revista. Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa: a democracia. Ela está aí, como se fosse uma espécie de santa no altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como referência. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada". E continuava: "O poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não se gosta e a pôr outro de que talvez venha a se gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões são tomadas em uma outra grande esfera e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMI's, a Organização Mundial do Comércio, os bancos mundiais. Nenhum desses organismos é democrático. E, portanto, como falar em democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Onde está então a democracia?".

Pergunto a vocês, educadores portugueses, nossos coirmãos, onde está a democracia enquanto seu país se sujeita a esse regime de resgate imposto pela troika FMI-União Europeia-Banco Central Europeu e às políticas que se aproveitam da crise econômica para justificar cortes salariais e redução de recursos para a educação? No fim de agosto do ano passado, por ocasião do 8º Congresso da nossa Confederação no Brasil, o companheiro Mario Nogueira nos enviou uma correspondência relatando o difícil tempo vivido por Portugal, alvo de especuladores, agiotas e, sobretudo, vítima da ganância do capital, com políticas que contribuíram para criar uma situação insustentável para os trabalhadores em geral e, de maneira acentuada, para os professores.

Temos acompanhado do outro lado do Atlântico a luta de vocês. E podemos dizer que vocês não estão sozinhos, nem na luta nem nos problemas enfrentados em função de patrões que, na ânsia de manterem os seus lucros, tentam aumentar o horário de trabalho dos docentes, desrespeitam leis trabalhistas, impõem reduções salariais e demitem em massa professores com muitos anos de trabalho. Se pareço descrever exatamente a situação vivida em Portugal, utilizando inclusive algumas das mesmas palavras escritas a nós pelo companheiro Mario no ano passado (vejam aí nossa língua comum), é porque esta é uma mazela que não atinge apenas a educação portuguesa.

O Brasil avançou muito nas questões sociais e trabalhistas desde 2003, com o início do governo do presidente Lula e, agora, com o governo da presidente Dilma Rousseff. A educação, no entanto, ainda sofre consequências da nefasta política neoliberal implementada na década de 90, que sucateou a educação pública na lógica perversa de que caberia à iniciativa privada desenvolver atividades de responsabilidade do Estado. Atribuindo-se de forma oportunista à participação do Estado em políticas sociais a fonte de todos os males da situação econômica e

social, abriram-se as portas para a expansão da educação superior através de privilégios concedidos ao setor privado da educação, em detrimento de maior investimento do setor público. Agora no fim de abril, caiu como uma bomba sobre nós, professores brasileiros do ensino privado, a notícia da fusão de dois grandes grupos educacionais de capital aberto na Bolsa de Valores, que se transformaram no maior "monstro" mundial do setor. Segundo a repercussão na imprensa brasileira, a companhia resultante da fusão teria faturamento bruto de R\$ 4,3 bilhões, mais de um milhão de alunos e valor de mercado próximo a R\$ 12 bilhões, grande parte dos quais à custa de dinheiro público, através de programas de bolsas, financiamento estudantil e renegociação de dívidas tributárias das empresas de educação implantados pelo governo brasileiro.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - ConTEE, que hoje representa no Brasil quase cem sindicatos e federações e cerca de 1 milhão de trabalhadores em educação do setor privado, tem denunciado sistematicamente o processo de mercantilização pelo qual passa o ensino superior privado brasileiro, incluindo os casos de desnacionalização das empresas educacionais. A financeirização se configura não só na abertura de capital das instituições de ensino superior na Bolsa de Valores, mas também na introdução da gestão corporativa nas instituições transformadas em empresas, na qual o que está em jogo são os resultados expressos em planilhas financeiras, e não a qualidade do ensino e a valorização dos trabalhadores. Isso porque o que rege as instituições de ensino superior privado é o imperativo de valorizar suas ações para atender ao interesse dos acionistas e obter lucro. A educação é vista como qualquer outra mercadoria, o que leva à "otimização" dos gastos, seja com docentes, pesquisa, extensão etc. Isso afeta a qualidade da educação oferecida.

Combater esse processo tem sido uma das principais batalhas da ConTEE nos últimos anos. No entanto, ao mesmo tempo em que gigantes empresariais como esse recém-criado engolem a educação privada no país - juntamente com seus trabalhadores e estudantes -, deputados e senadores tentam, no Congresso Nacional, beneficiar cada vez mais tais empresas, propondo desoneração de sua folha de pagamento, incentivos fiscais e repasses de verbas públicas, também sob o pretenso argumento da "crise financeira". Voltando ao início de nossa conversa, para vocês verem o quanto poderosa é a língua, chegaram ao ponto de propor a retirada da palavra "pública" nas metas de investimento estabelecidas no novo Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso, de modo que os recursos financeiros não sejam destinados exclusivamente à melhoria da qualidade da educação pública, mas também aos bolsos do setor privado. Uma única palavra com o poder de mudar todo um projeto de educação e de soberania nacional.

Temos empreendido uma árdua luta para que propostas como essas não sejam aprovadas e transformadas em lei. Educação não é mercadoria e, por isso, não pode servir para abastecer os bolsos dos patrões nem ser negociada na Bolsa de Valores. Como entidade de educação, a ConTEE atua fundamentalmente na articulação da luta política e sindical com a luta por um projeto educacional articulado com um projeto de desenvolvimento nacional soberano e democrático. Por ser a primeira e única entidade nacional de educação no Brasil que congrega os trabalhadores do setor privado, carrega, com responsabilidade, a relevância histórica de sua atuação. A Confederação luta pela universalização da educação pública democrática e com qualidade social em todos os níveis. Defende que a educação deve estar inserida em um marco regulatório, não permitindo a exploração meramente lucrativa e exigindo parâmetros de qualidade, supervisionados pela sociedade.

Por isso, há mais de 20 anos, a ConTEE levanta a bandeira em prol da educação pública e pela regulamentação da educação privada. Só dessa forma - através do fortalecimento da educação pública, democrática e de qualidade e da regulamentação do setor privado de ensino, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais - é que se concretizará de fato a educação como direito e bem público, de responsabilidade do Estado.

A língua que compartilhamos, aquela que nos une, não é apenas a Língua Portuguesa, mas a língua dos trabalhadores e trabalhadoras, a língua da luta pela valorização, a língua da defesa da educação. E também a língua, lembrando uma vez mais Saramago, da verdadeira democracia.

Madalena Guasco Peixoto

Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino



SRTVS – Ed. Assis Chateaubriand – Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436
Cep: 70340-906 | Brasília | DF | Brasil | 00 55 61 3226 1278 – 3223 2194

Educação é nossa história